LEI N° 1229/2003

Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Manguairinha.

Faço saber, que a Câmara Municipal de Manguairinha, Estado do Paraná, aprovou e eu, Miguel Carlos Rodrigues de Aguiar, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

**CAPITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º- Esta lei dispõe sobre a instituição, implantação e gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

Art. 2º- Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I – rede municipal de ensino o conjunto de instituições e órgãos que realiza atividades de educação sob a coordenação da Secretaria Municipal da Educação;

II – Magistério Público Municipal o conjunto de profissionais da educação, titulares dos cargos de Professor e Pedagogo, do ensino público municipal;

III – professor o titular de cargo a carreira do Magistério Público Municipal, com função de docência na educação infantil e / ou nos anos iniciais do ensino fundamental;

IV – pedagogo o titular de cargo de Pedagogo, da Carreira do Magistério Público Municipal, com funções de suporte pedagógico direto à docência, como as de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;

V – funções de magistério as atividades de docência e de suporte pedagógico direto à docência, aí incluídas as de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

**CAPITULO II
DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

**Seção I
Dos princípios básicos**

Art. 3º- A Carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos:

I – a profissionalização, que pressupõe vocação e dedicação ao magistério e qualificação profissional, com remuneração condigna e condições adequadas de trabalho;

II – a valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;

III – a progressão através de mudanças de nível de habilitação e de promoções periódicas.

**Seção II
Da estrutura da carreira**

**Subseção I
Disposições gerais**

Art. 4º- A investidura nos cargos que compõem a carreira do magistério ocorrerá com a posse e será efetivada através de nomeação, no nível e classes iniciais correspondentes à habilitação e à qualificação acadêmica do profissional, cumprida a exigência de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos.

§ 1º O profissional da educação nomeado para cargo de provimento efetivo, ao entrar em exercício, fica sujeito a estágio probatório, por prazo ininterrupto de 36 (trinta e seis) meses.

§ 2º A Carreira do Magistério Público Municipal é integrada pelos cargos de provimento efetivo de Professor e Pedagogo e estruturada em 12 classes.

§ 3º Cargo é o lugar na organização de serviço público correspondente a um conjunto de atribuir com estipêndio específico, denominação própria, número certo e remuneração pelo poder público, nos termos da lei.

§ 4º Classe é o agrupamento de cargos genericamente semelhantes em que se estrutura a Carreira.

§ 5º A Carreira da Magistério Público Municipal abrange o ensino fundamental e a educação infantil.

§ 6º Constitui requisito para ingresso na Carreira, a formação:

I – em nível superior, em curso de licenciatura plena ou curso normal superior, admitida como formação mínima a obtida em nível médio, na modalidade normal, para o cargo de professor.

II – em nível superior, em curso de graduação plena em pedagogia ou outra licenciatura e pós-graduação específica, para o cargo de Pedagogo.

§ 7º Constitui requisito adicional para ingresso na Carreira, no cargo de Pedagogo, a experiência de dois anos de docência.

§ 8º O ingresso na Carreira dar-se-á na classe inicial de cada cargo da Carreira, no nível correspondente à habilitação do candidato aprovado.

Subseção II **Das classes e dos níveis**

Art. 5º- As classes constituem a linha de promoção da carreira do titular de cargo de magistério e são designadas pelas letras de **A** a **M**.

Art. 6º- Os níveis referentes à habilitação do titular de cargo da Carreira são:

I – para o cargo de Professor:

Nível 1 – formação em nível médio, na modalidade normal;

Nível 2 – formação em nível superior, em curso de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente;

Nível 3 – formação em nível de pós-graduação, em cursos na área de educação, com duração mínima de trezentos e sessenta horas;

II – para o cargo de Pedagogo/Orientador e Supervisor:

Nível 1 – formação em nível superior, em curso de graduação plena em pedagogia com habilitação em orientação e/ou supervisão ;

Nível 2 – formação em nível superior, em pedagogia com pós-graduação específica em orientação e ou supervisão Escolar ;

§ 1º Para ingresso no quadro próprio prevalecerá a graduação em pedagogia, com habilitação em orientação e ou supervisão, e/ou pós graduação em orientação ou supervisão.

§ 2º A mudança de nível é automática e vigorará imediatamente no mês seguinte àquele em que o interessado apresentar o comprovante da nova habilitação.

§ 3º O nível é pessoal e não se altera com a promoção.

§ 4º A carga horária para o cargo de diretor, vice diretor e pedagogo/ orientador e supervisor obedecerá o porte das escolas e números de alunos, conforme anexo II:

Seção III Da promoção

Art. 7º- Promoção é a passagem do profissional da educação de uma determinada classe para uma classe superior.

Art. 8º- A promoção horizontal obedecerá, exclusivamente, o critério de merecimento.

Art. 9º- O merecimento será mensurado sob dois aspectos:

I – aperfeiçoamento profissional;

II – avaliação de desempenho.

§ 1º Será considerado como aperfeiçoamento profissional os certificados de cursos de aperfeiçoamento ou capacitação profissional, em seminários em Educação com carga horária de no mínimo 16 horas .

§ 2º Os cursos de aperfeiçoamento profissional devem perfazer um mínimo de 60 h/a durante o interstício da promoção.

§ 3º Para a avaliação de desempenho serão apreciados os seguintes fatores:

- a) assiduidade;
- b) pontualidade;
- c) eficácia;
- d) cooperação;
- e) responsabilidade;
- f) produtividade;
- g) dedicação ao serviço;
- h) cumprimento dos deveres e obrigações funcionais.

§ 4º Outros fatores de avaliação de desempenho poderão ser adotados desde que propostos pela Comissão de Gestão do Plano de Carreira e aprovados em regulamento.

§ 5º O profissional que obtiver a nota inferior a mínima estabelecidas pela Comissão, e ou não apresentar o aperfeiçoamento exigido no art. 9. § 2º desta seção, por duas avaliações consecutivas, terá sua vantagem promocional cancelado para o período.

Seção IV Da qualificação profissional

Art. 10- A qualificação profissional, objetivando o aprimoramento permanente do ensino e a progressão na Carreira, será assegurada através de cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas, de programas de aperfeiçoamento em serviços e de outras atividades de atualização profissional.

Art. 11- A licença para qualificação profissional consiste no afastamento do titular do cargo da Carreira de suas funções, computado o tempo de afastamento para todos os fins de direito, e será concedida para frequência a cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas.

Parágrafo Único- Os períodos de licença de que trata o caput deste artigo não são acumuláveis.

Seção V Da jornada de trabalho

Art. 12 - A jornada de trabalho do titular de cargo da Carreira poderá ser parcial ou integral, correspondendo, respectivamente, a:

I – vinte horas semanais;

II – quarenta horas semanais.

§ 1º A jornada de trabalho da professor em função docente inclui uma parte de horas de aula e uma parte de horas de atividades, destinadas, de acordo com a proposta pedagógica da escola, a preparação e avaliação do trabalho didático, a colaboração com a administração da escola, a reuniões pedagógicas, a articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica da escola.

§ 2º A jornada de vinte horas semanais do professor em função docente inclui 16 horas de aula e 4 horas de atividades, das quais o mínimo de 1 hora será destinada a trabalho coletivo.

§ 3º A jornada de quarenta horas semanais do professor em função docente inclui 32 horas de aula e 8 horas de atividades, das quais o mínimo de 2 horas serão destinadas a trabalho coletivo.

§ 4º O número de cargos a serem preenchidos para uma das jornadas será definido no respectivo edital de concurso público.

Art. 13- O titular de cargo de Carreira em jornada parcial, que não esteja em acumulação de cargo, emprego ou função públicos, poderá ser convocado para prestar serviço:

I – em regime suplementar, até o máximo de mais vinte horas semanais, para substituição temporária de professores em função docente, nos seus impedimentos legais;

Parágrafo Único- Na convocação de que trata o caput deste artigo deverá ser resguardada a proporção entre horas de aulas e horas de atividades quando para o exercício da docência.

Seção VI Da remuneração

Subseção I Do vencimento

Art. 14- A remuneração do titular de cargo da Carreira correspondente ao vencimento relativo à classe e ao nível de habilitação em que se encontre, acrescido das vantagens pecuniárias a que fizer jus.

Parágrafo Único- Considera-se vencimento básico da carreira o fixado para o cargo de Professor, na classe inicial e no nível mínimo de habilitação.

Subseção II Das vantagens

Art. 15- Além do vencimento, o titular de cargo da Carreira fará jus às seguintes vantagens:

I – gratificações:

- a) pelo exercício de direção ou vice-direção de unidades escolares;
- b) pelo exercício em escola de difícil acesso;
- c) pelo exercício de docência em salas especiais, para atendimentos de alunos com necessidades especiais.

II – adicionais:

- a) por tempo de serviço;
- b) pela avaliação de desempenho.

§ 1º As gratificações não são cumulativas.

§ 2º A incorporação do adicional pelo trabalho em regime de dedicação exclusiva dar-se-á na proporção de um vinte e cinco avos, por ano de percepção da vantagem.

Art. 16- A gratificação pelo exercício de direção de unidades escolares observará a tipologia das escolas e corresponderá a:

I – **20 %** para escolas de pequeno porte;

II – **25%** para escolas de médio porte;

III – **30%** para escolas de grandes portes.

§ 1º A gratificação pelo exercício de vice-direção de unidades escolares corresponderá a 50% da gratificação devida à direção correspondente.

§ 2º A gratificação para exercício de diretor seguirá a seguinte tipologia :

Nº alunos	C /H	Percentual
50 à 200	20h	20%
200 à 400	40h	25%
Acima de 400	60h	30%

Art. 17- A gratificação pelo exercício em escola de difícil acesso corresponderá a até **5** por cento do vencimento , se não ofertar transporte escolar.

I - A gratificação pelo exercício de docência em salas especiais para atendimento de alunos com necessidades especiais, corresponderá a 10% (dez por cento), do vencimento básico da carreira.

Art. 18- O adicional por tempo de serviço será equivalente a **2** por cento do vencimento do profissional do magistério, por 2 anos de efetivo exercício.

Art. 19- O adicional por avaliação de desempenho será equivalente a **2** por cento do vencimento do profissional do magistério, por 2 anos de efetivo exercício.

Seção VII Das férias

Art. 20- O período de férias anuais do titular de cargo da Carreira será de:

- I – Quarenta e cinco dias, para titular de cargo de professor em função docente;
- II – Trinta dias, para titular de cargo de professor no exercício de outras funções e para titular de cargo de pedagogo.

Parágrafo Único- As férias do titular de cargo da Carreira em exercício nas unidades escolares serão concedidas nos períodos de férias e recessos escolares, de acordo com calendários anuais, de forma a atender às necessidades didáticas e administrativas do estabelecimento.

Seção VIII Da cedência ou cessão

Art. 21- Cedência ou cessão é o ato pelo qual o titular de cargo da Carreira é posto à disposição de entidade ou órgão não integrante da rede municipal de ensino.

§ 1º A cedência ou cessão será sem ônus para o ensino municipal no que refere-se a Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e será concedida pelo prazo máximo de um ano, renovável anualmente segundo a necessidade e a possibilidade das partes.

§ 2º A cedência ou cessão para exercício de atividades estranhas ao magistério interrompe o interstício para a promoção.

Seção IX Da Comissão de Gestão do Plano de Carreira

Art. 22- É instituída a Comissão de Gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, com a finalidade de orientar sua implantação e operacionalização.

Parágrafo Único- A Comissão de Gestão será presidida pelo Secretário(a) Municipal de Educação e integrada por representantes das Secretarias Municipais de Administração paritariamente, de entidade representativa do magistério público municipal.

CAPITULO III DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Seção I Da Implantação do Plano de Carreira

Art. 23- O número de cargos da Carreira do Magistério Público Municipal é o seguinte:

Profissional	PROFESSOR			PEDAGOGO	
	1	2	3	1	2
Vagas					

Parágrafo Único- As vagas serão de acordo com a demanda.

Art. 24- O primeiro provimento dos cargos Carreira do Magistério Público Municipal dar-se-á com os titulares de cargos efetivos de profissionais do magistério, atendida a exigência mínima de habilitação específica para cada cargo.

§ 1º Os profissionais do magistério serão distribuídos nas classes com observância da posição relativa ocupada no plano de carreira vigente.

§ 2º Se a nova remuneração decorrente do provimento no Plano de Carreira for inferior à remuneração até então percebida pelo profissional do magistério, ser-lhe-á assegurada a diferença, como vantagem pessoal, sobre a qual incidirão os reajustes futuros.

Seção II

Das disposições finais

Art. 25- Realizado o primeiro provimento do plano de carreira e atendido o disposto no art.24, os candidatos aprovados em concurso para o magistério público municipal poderão ser nomeados, (observado o número de vagas), na forma do art.4º § 5º.

Art. 26- A lei disporá sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades de substituição temporária do professor na função docente, quando excedida a capacidade de atendimento com a adoção do disposto no art. 21.

Art. 27- O salário base da carreira de magistério fica fixado nos valores constantes na Tabela de Cargos e Salários, Anexo II.

Parágrafo Único- O valor do vencimento básico da Carreira, que se refere o caput deste artigo, deverá ser reajustado anualmente, de acordo com o reajuste do valor do custo aluno-ano, determinado pelo MEC; em cumprimento a Lei 9.424/96.

Art. 28- O exercício das funções de direção e vice-direção de unidades escolares é reservado aos integrantes da Carreira do Magistério Público Municipal com o mínimo de dois anos de docência.

Art. 29- Os titulares de cargo da Carreira do Magistério Público Municipal poderão perceber outras vantagens pecuniárias devidas aos servidores municipais, nessa condição, quando não conflitantes com o disposto nesta lei.

Art. 30- O município aplicará, no mínimo 60 %(sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério de que trata a Lei Federal nº 9.424/96, aos quais é adicionado o equivalente a 15% dos demais impostos(de acordo com a Resolução nº 03/97 do CNE), na remuneração do magistério em efetivo exercício nas séries iniciais do ensino fundamental público, e quando no final do exercício verificar o não atendimento do limite mínimo, o executivo estabelecerá a forma de complementação salarial.

Art. 31- Os profissionais da educação em efetivo exercício quando da publicação da presente lei, serão enquadrados no Plano de Carreira e Remuneração do Magistério no prazo máximo de 60 dias. Observadas as exigências de qualificação profissional estabelecidas pelo plano.

§ 1º O chefe do Executivo baixará decreto, até 30 dias após a publicação desta lei, regulamentando o processo de reenquadramento dos documentos do que trata o caput deste artigo.

§ 2º Para dar cumprimento ao disposto do parágrafo anterior, será de responsabilidade da Comissão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

Art. 32- O município não contabilizará os pagamentos relativos aos profissionais que atuem na educação infantil no montante global dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art. 33- As disposições desta lei aplicam-se, no que não for peculiar da Carreira por ela instituída, aos integrantes do magistério público municipal nela não incluídos.

Art. 34- O Poder Executivo aprovará o Regulamento de Promoções do Magistério Público Municipal no prazo de um ano a contar da publicação desta lei.

Art. 35- As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta dos recursos consignados no orçamento.

Art. 36- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal n° 1031 de 19 dias do mês de junho de 1998, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de Outubro de 2003

Miguel Carlos Rodrigues de Aguiar
Prefeito Municipal

ANEXO I**TABELA DE PORTE DAS ESCOLAS**

Estabelecimento	Porte	Nº de alunos	Diretor	Vice Diretor	Orientador	Supervisor
Escola	I	50 à 100	20h	-	10h	-
Escola	II	101 à 200	20h	-	20h	-
Escola	III	201 à 300	40h	-	20h	-
Escola	IV	301 à 400	40h	-	40h	20h
Escola	V	Acima de 401	40h	20h	40h	20h

ANEXO II**Tabela de Cargos e Salários**

Denominação das Funções	CH	NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M
Professor Magistério			339,98	353,58	367,72	382,43	397,73	413,64	430,19	447,39	465,29	483,90	503,26	523,39
Professor com Licenciatura Plena			417,85	434,56	451,94	470,02	488,82	508,38	528,71	549,86	571,85	594,73	618,52	643,26
Professor com Pós-graduação			480,52	499,74	519,73	540,52	562,14	584,63	608,02	632,34	657,63	683,94	711,29	739,75
Pedagogo	20h	1	480,53	499,74	519,73	540,52	562,14	584,63	608,02	632,34	657,63	683,94	711,29	739,75
Pedagogo + Pós	20h	2	552,60	574,71	597,70	621,61	646,47	672,33	699,22	727,19	756,28	786,53	817,99	850,71